



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MEMÓRIAS EDIFICADAS EM VILA DE ABRANTES/BA

Edmundo F. Machado Jr.
Universidade Federal de Sergipe (NPPA/UFS)
edfmjunior1@yahoo.com.br

PARENTE (2007, 2008), citando a obra de Eduardo Cavalcanti; *Abrantes, berço da civilização brasileira* e THOMAS (1977), acerca de seu estudo sobre o aldeamento do Divino Espírito Santo, que logo após a fundação da cidade do Salvador (1549), no ano de 1558, Tomé de Souza o então Governador Geral do Brasil, enviava a região que viria a ser a atual Vila de Abrantes, os jesuítas João Gonçalves e Antônio Rodrigues, para fundarem o aldeamento do Divino Espírito Santo, nome este segundo os autores, dado em razão do culto de forte devoção a terceira pessoa da Trindade em Portugal.

Contudo, PARENTE (2007, 2008) e THOMAS (1977) comentariam que o local hoje, onde se situa Vila de Abrantes, só teria sido povoado após certo evento que ocorreu na região abrantina (Catu de Abrantes, segundo as narrativas, que emergiram durante a pesquisa etnográfica) uma grande epidemia de varíola a qual vitimou o jesuíta João Gonçalves e muitos índios Tupinambá lá reduzidos, forçando a saída de uma das margens do rio Joanes, para um local mais habitável e seguro por conta da insalubridade, o que indica que o primeiro local em que se instituiu o aldeamento do Divino Espírito Santo, teria sido em Catu de Abrantes e posteriormente transferido para Vila de Abrantes.

Assim, tal contexto de doença, migração e refundação do aldeamento, corresponderiam a eventos ocorridos entre os anos de ano 1558 e 1561, em que os índios Tupinambá diante também dos conflitos com os colonos ocorridos nas primeiras décadas do século XVI baiano (PARAÌSO, 1999), teriam retomado a autonomia de sua aldeia, junto à missão de Santo Amaro de Ipitanga (atual município de Lauro de Freitas), já datada de 1552 e que segundo (PARENTE, 2008:28) teria sido do desmembramento do território dessa missão, que mais tarde Vila de Abrantes seria fundada com a pacificação dos índios Tupinambá de Abrantes.

Num no novo local, perto do mar e das dunas, onde o superior dos jesuítas Luiz da Grã segundo THOMAS (1977), havia determinado, se refundava o aldeamento do Divino



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Espírito Santo. Lá, segundo os relatos dos moradores, sob as diretrizes da Companhia de Jesus os índios Tupinambá edificaram a primeira igreja feita de taipa e coberta de palha, que posteriormente seria reconstruída no século XVII e, um Convento/Colégio que também teve a função de hospício, sendo estes considerados por PARENTE (2007, 2008) um dos primeiros trabalhos arquitetônicos jesuíticos no Brasil. Ainda, THOMAS (1977) afirmaria que o aldeamento do Divino Espírito começava a ganhar importância no que diz respeito ao dinamismo da economia pastoril baiana e agricultura de primeiras necessidades, onde por isso suas terras passaram a ser cobiçadas, pois, se encontravam estrategicamente a beira da estrada que ligava Salvador ao rio São Francisco, a “Estrada das boiadas”.

Por sua vez, o aldeamento do Divino Espírito Santo alcançando destaque, diante as leis Pombalinas era elevada a condição de Vila, onde TAVARES (1963:90) e PARENTE, (2007:41) dizem, que no dia 8 de outubro do ano de 1758, Bittencourt e Sá, concretizava o ato real de implantação da Vila, instalando a Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho, como também a liberdade de comércio e bens individuais, concedida aos tupinambás e a todos os moradores da Vila. Ainda, Bittencourt e Sá nomearia para a constituição do governo da Vila do Divino Espírito Santo de Nova Abrantes, os tupinambás considerados os mais “letrados”; Manoel da Costa como Capitão mor, Francisco Lopes, Antonio Borges e Apolinário Fernandes como Vereadores, Pedro Reis, Juiz Ordinário e Jerônimo de Albuquerque, Procurador. Ademais, tal contexto implica na ruptura que ficou marcada nos anos de 1758/9, com a expulsão dos jesuítas da administração do aldeamento pela política reformadora do Marquês de Pombal.

Portanto, Vila de Abrantes apesar de grande importância política e econômica alcançada durante os séculos XVI e XVIII, passava a perder esse posto, após a implantação da malha ferroviária em 1861 na região Norte baiana, ligando a capital ao estado de Sergipe, contribuindo para o povoamento de outras áreas como Camaçari, agravando-se a situação de Vila de Abrantes, com a construção do Pólo Industrial Petroquímico em 1978 nesta mesma localidade. Assim, atualmente Vila de Abrantes esta inserida no Parque Municipal das Dunas de Abrantes dentro da Área de Proteção Ambiental Joanes/Ipitanga, que tem como finalidade preservar uma das paisagens mais importantes do Litoral Norte da Bahia, incluindo o Bioma Mata Atlântica e sua biodiversidade.



Entretanto, Vila de Abrantes mesmo que próxima a capital baiana, não é considerada circunscrita a região metropolitana de Salvador, encontra-se sob jurisdição do município de Camaçari, sendo esta um de seus distritos, contudo, tendo sua dinâmica urbana essencialmente controlada pela proximidade com estes dois pólos. Ainda, o distrito de Abrantes abarca as localidades de Interlagos, Arembepe, Areias, Pé de Areias, Gagirus, Jauá, Buris de Abrantes, Catu de Abrantes, Cajazeiras de Abrantes e Cordoaria. Ademais, Vila de Abrantes apresenta na atualidade, um desenho urbano irregular, baixo padrão construtivo de ruas, calçadas e imóveis, além da carência de serviços de infraestrutura urbana, sendo a violência e a pobreza extremamente elevadas.

Por sua vez, para o esforço de tornar Vila de Abrantes um lugar particular (GOODEY, in: MURTA e ALBANO, 2002), necessariamente não precisaria isso, ser apreendido apenas por meio de sua história escrita, já que os elementos que são de nosso interesse aqui se encontram edificados em nossa volta. Assim, necessitamos de nossos olhos para vê-los, ou melhor, precisamos reeducar nosso olhar sobre os lugares da Vila. Assim, a interpretação desses lugares de Vila de Abrantes, será realizada conjuntamente com os abrantinos, ou seja, o inventário dos bens que eles valorizam e desejam preservar, pois, é de suma importância que se desenvolva a imagem desses lugares em conexão com os traços culturais intrínsecos a própria comunidade abrantina.

Por conta disso, será através de NORA (1993) que os lugares de Vila de Abrantes guardariam a memória de seus moradores, esta que seria ao mesmo tempo material, simbólica e funcional. Ademais, NORA (1993) diria que estes lugares onde a memória abrantina se encontra arraigada, contaria a história de Vila de Abrantes, fazendo emergir mundos, épocas e personagens distintos. Como edificações referenciais suscitadas como patrimônio pelos abrantinos estas foram; a igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Vila de Abrantes, a Praça Matriz de Vila de Abrantes (local do antigo aldeamento indígena), um Pelourinho que existia no centro da Praça Matriz, o prédio da Câmara e Cadeia de Vila de Abrantes (antigo Convento/Colégio Jesuíta e hospício), a casa em que viveu o Marquês de Abrantes e o cemitério indígena que ficava ao lado direito da igreja Matriz.

Dessa forma, esses lugares de Vila de Abrantes, vistos por um lado como marcadores do tempo e do quadro social (HALBWACHS, 1990) que a Vila se encontrava inserida, nos particulares contextos que marcaram seu desenvolvimento, seriam vistos



também, como patrimônio desta, estes inventariados pelos próprios abrantinos no presente e, provenientes das entrevistas com os mesmos realizadas no contexto que permeou os festejos ao Divino Espírito Santo de Vila de Abrantes, acontecido na semana de Pentecostes em maio 2010, onde como sugere POLLAK (1989), que esse contexto em que o trabalho de campo foi desenvolvido, propiciou o emergir de memórias subterrâneas que apararam os excessos e a negligência do discurso oficial sobre a Vila. Destarte, a festa do Divino Espírito Santo de Vila de Abrantes, nos dias atuais contabiliza 454 anos de realização, sendo considerada por seus moradores a mais antiga do Brasil, como também reclamam o status de primeira comunidade a alcançar a condição de Vila.

Por essa condição sócio-histórica de Vila de Abrantes, somos levados assim como (CANANI, 2005), a atentar para os valores que este patrimônio de Vila de Abrantes representa, ou seja, os atributos que legitimam a sua existência enquanto patrimônio da cultura abrantina e, quais as relações que os moradores da Vila possuem com os mesmos. Contudo, levando-se em consideração a mudança semântica e legislativa que vem sofrendo a categoria patrimônio, sua aplicação nas diversas áreas do conhecimento que o trata como objeto de análise, isto apontado por GONÇALVES (in: ABREU e CHAGAS, 2003) e CANANI (2005), tal categoria será aqui operacionalizada no sentido de entender o patrimônio de Vila de Abrantes como imaterial ou intangível.

O Patrimônio abrantino: Edificando o invisível, formulando identidades

Foi retornando a Vila de Abrantes na segunda-feira dia 27/05/2010, ainda sobre os efeitos e resquícios da festa do Divino Espírito Santo acontecida no dia 22/05/2010, que reencontrava na Imobiliária Estrada do Coco, Kelche, para comentar e ampliar o entendimento sobre algumas de suas narrativas anteriores, que citaram certos lugares em Vila de Abrantes, que se destacaram por sua importância histórica e cultural para este abrantino e sua comunidade. Assim, Kelche traduzia a forma e os meios utilizados para a ocupação do espaço abrantino em seus primeiros anos de existência.

"Uma das primeiras coisas que foram feitas aqui na Vila pelos jesuítas, foi a igreja Matriz. O que meu avô me falava, é que ela foi feita primeiro de taipa e palha pelos tupinambás. Depois que ela foi feita de pedra e barro com óleo de baleia".



Sobre isso, PARENTE (2008) afirmaria que a primeira igreja do Divino Espírito Santo feita em Vila de Abrantes, teria sido construída na década de 60 do século XVI, de taipa e coberta de palha de coqueiro, a mando dos jesuítas João Gonçalves e Antônio Rodrigues. Ainda, diria que a data de sua construção não seria possível de se datar exatamente, porém, a autora a considera jesuítica, do primeiro século de colonização brasileira, com forte influência renascentista. Por sua vez, THOMAS (1977) citando a obra de Robert Smith, As artes da Bahia, que trata da arquitetura sacra na Bahia colonial, diria que do ponto de vista do tamanho, estilo e material empregado, a igreja Matriz de Vila de Abrantes pode ser considerada de estilo missionário, coincidindo com a fundação das primeiras igrejas no Brasil e também, por conta de mais tarde ter sua substituição feita, por materiais mais resistentes aos intemperes da natureza. Mas comparando-a particularmente com a capela de São Lázaro, no bairro da Federação em Salvador, concluiu que a igreja do Divino Espírito Santo em Vila de Abrantes, provavelmente deve ter sido originária do período entre 1580 a 1600 onde, mais tarde sofreria modificações.

Por conseguinte, no instante da conversa com Kelche, Jair o seu sócio, qual havia conversado anteriormente, acabava de chegar de um compromisso. Kelche, por sua vez, recebia um telefonema, onde me pedindo licença, passava a atender um de seus clientes. Dessa forma, passava a explicar para Jair as impreções que obtive de certos comentários dele e de Kelche, acerca de determinados lugares citados, sobre a ocupação espacial de Vila de Abrantes. Assim, Jair sobre tal aspecto inventariava;

"Ali, em frente a igreja Matriz, a Praça Matriz da Vila, era onde ficava o aldeamento indígena. O formato da Praça continua ainda igual ao tempo da aldeia. No centro da aldeia, ficava o Pelourinho onde os índios eram surrados. Neste local também, eles construíam as suas casas da forma deles. Em tempos de festa era no aldeamento (Praça Matriz), que os festejos ao Divino aconteciam".

Portanto, através de CHOAY (2001), o que se depreende, sobre a igreja Matriz, a Praça Matriz (antigo aldeamento) e o Pelourinho invocados por Kelche e Jair e, sendo aqui tratados como patrimônio (GONÇALVES, in: ABREU e CHAGAS, 2003) de Vila de Abrantes, já que os mesmos tem por fins na medida em que podem, contribuir para manter e preservar as identidades abrantinas, pois, tanto para aqueles que edificam como os destinatários das lembranças que veiculam, este patrimônio abrantino seria o método de tratamento contra o tralma do aniquilamento. Assim, CHOAY (2001) corroboraria para o entendimento das relações entre jesuítas e índios Tupinambá, comentadas por Kelche e



Jair, na medida em que consideramos a título de entendimento, que estas três edificações na Vila, constituiriam um conjunto, onde atentando para influência que estes exercem, sobre a dinâmica social da Vila, foi possível ser expresso pelas narrativas, as condutas e significados a eles associados.

Ademais, isto significa dizer por meio de HALBWACHS (1990), que os depoimentos dos abrantinos, tanto atestariam os aspectos vivos e materiais da lembrança, como por outro lado, reconstruiriam aquilo que não é mais se não passado, ou seja, uma memória histórica que é reconstruída por meio de dados fornecidos pelo presente e, projetado num passado reinventado e uma memória coletiva, esta que reconstitui magicamente o passado. Por essa perspectiva, as lembranças dos moradores de Vila de Abrantes, seriam tratadas como pontos de referência que permitiriam a cada personagem dessa trama, situar-se em meio a variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica abrantina.

Dessa forma, as narrativas de Kelche e Jair, demonstravam por meio das edificações que estes inventariaram na Vila, a tradução explícita da fronteira espacial e do lugar social a qual jesuítas e índios Tupinambá ocupavam, além de proporcionar por meio da tortura, da contradição e da ambiguidade, entender a realização da festa do Divino Espírito Santo, como manifestação religiosa e intrínseca as edificações, possuidoras de um caráter memorial, instrumentos que possibilitam nos dias atuais, a preservação na memória dos abrantinos, da existência de mundos e de visões de mundo distintas.

É dessa forma então, que novamente por meio de GONÇALVES (in: ABREU e CHAGAS, 2003), citando as pesquisas que vem realizando sobre as festas do Divino Espírito Santo, entre imigrantes açorianos, nos Estados Unidos e no Brasil, considerando estas festas não restritas a uma determinada área social e cultural, já que transcendem fronteiras nacionais e geográficas, nos leva a perceber que a concepção abrantina acerca do conjunto de bens materiais que integram a festa, inclusive a memória e o patrimônio edificado da Vila, devem ser pensados por aquilo que (MAUSS, 2003), nomeou de “reciprocidade”, uma espécie de retribuição mútua que os abrantinos mantêm com o Divino Espírito Santo, ou seja, o que é preciso preservar como patrimônio, entendido aqui como imaterial da Vila, além de sua materialidade e a memória de seus moradores, são as bençãos adquiridas por seus moradores, de sua devoção ao Espírito Santo de Vila de



Abrantes.

Ademais, por meio de CANANI (2005) devo aqui comentar em específico, que o Pelourinho que ficava no centro da Praça Matriz, para castigar os tupinambás arredios aos costumes europeu/português, citado por Kelche e Jair, no presente de Vila de Abrantes não mais existe. Entretanto, por meio de suas memórias indígenas e jesuíticas, Kelche e Jair o edificaram novamente, derão matéria aquilo que parecia invisível. Dessa forma, foi interessantíssimo observar e aprender com os abrantinos, como estes manipulão suas lembranças dolorosas de colonização, de violência, castigo e morte, no sentido de tornar aquilo que não se enxerga com os olhos, aquilo que deveria ser esquecido ou não comentado, em instrumento de comunicação que testemunha sobre a comunidade de Vila de Abrantes, num determinado momento histórico que relativiza o discurso oficial e dirige-se a todos os abrantinos no presente.

Assim, através CHOAY (2001) a igreja Matriz, a Praça Matriz e o Pelourinho, mesmo que façam emergir através de Kelche e Jair, lembranças que traduzem como foi violento, castigador, congregador e religioso, o contato entre índios Tupinambá e jesuítas em Vila de Abrantes, onde estas edificações podem muito bem designar, além de métodos de imposição de novos padrões de costumes e conquista territorial, bens destinados ao usufruto da comunidade, que se acumularam por seu passado comum, sendo estes espaços compostos por paredes, troncos e palhas, elencadas por Kelche e Jair como patrimônio da Vila, produto também de seus saberes.

Portanto, através de NORA (1993) a particularidade desses lugares em Vila de Abrantes, deve-se ao modo que estes atuão sobre a memória abrantina, ou seja, constituem-se em lugares de saber dos abrantinos que por consequência, são integrados numa concepção linear do tempo. Assim, neste caso, os valores cognitivos em torno das edificações consideradas como patrimônio por seus moradores, permearia tanto a história de seu passado, como também a do presente vivido, por conta de seu poder de evocar a sensibilidade estética da comunidade.

Por sua vez, chegado o meio dia, Kelche e Jair fechavam a Imobiliária Estrado do Coco para almoçar e, esta só reabriria as 14 horas. Em continuidade, me dirigia à casa de Dona Ralime, para rever junto com ela, algumas de suas narrativas que suscitaram a riqueza arqueológica da Vila como também comentários de cunho reivindicatório e, de



denúncia de usurpação patrimonial, acontecidas durante o processo de restauração da igreja Matriz. Dessa forma, descendo até a outra extremidade da Praça Matriz e, seguindo alguns passos à frente, chegava mais uma vez à casa de Dona Ralime, esta que se encontrava tranqüilamente na porta de sua residência, saboreando um café.

Aproximando-me, à chamei pelo nome. Contudo, por sua idade avançada, 98 anos, Dona Ralime, demorava a me reconhecer e mesmo lembrar-se de nosso encontro anterior. Dessa forma, como estratégia procurei alimentar sua memória, fazendo com que se recordasse desse momento por meio de algumas falas que esta havia me dito, onde arrancando um largo sorriso, acabava por se lembrar, o que me deixou bastante aliviado. Entre um gole de café e outro, Dona Ralime Mamedi, antes de comentar das coisas que me traziam de volta a Abrantes e ao seu encontro, parecia dar outro rumo a nossa conversa, contrariando em parte o que objetivava nesta ocasião. Por outro lado, com o contínuo do diálogo, entendia que Dona Ralime passava a transmitir a minha pessoa, o glamour e a riqueza (herança) que sua família desfrutava no passado.

Assim, passava inicialmente a narrar as lembranças guardadas em sua memória, da convivência com seu pai, Boale Mamedi Saad, um Sírio que quando vindo para Vila de Abrantes, por conta das autoridades locais, adotava o sobrenome Santos.

“Meu pai Edmundo, era dono de duas fazendas; a do Grilo e a Las Palmas, onde hoje fica Jauá. Ele foi batizado e mudou de nome, ele era cristão, por que aqui no Brasil não queriam Saad. Já tinha tido o aldeamento indígena, mais ainda tinha índio no tempo de meu pai. Foi ai que ele casou com minha mãe, que era descendente de índio Tupinambá daqui de Abrantes. O nome dela era Fulgência Pereira dos Santos”.

Diante desse contexto em que a memória de Dona Ralime traçava seu próprio caminho genealógico, edificava por meio de sua memória, as partes em ruínas, de uma casa de importância memorial e patrimonial para sua família como também para a Vila, localizada ao lado direito da igreja Matriz. Diante disso, convidando-me a ir até a frente de sua casa, onde Dona Ralime acabava por dizer;

“Tá vendo ali aquela construção antiga do lado da igreja Matriz. Era a casa onde morou o Marquês de Abrantes. Meu pai comprou aquela casa e a gente morou ali por muitos anos. Depois que ele morreu, meus irmãos terminaram vendendo a casa. Dizem que ela vai ser derrubada, mas até hoje não fizeram, tá daquele jeito, acho que não deve não”.

Desse personagem histórico da Vila citado por Dona Ralime, (PARENTE, 2007) comenta que Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes, teria ganhado esse



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

título, pela sua brilhante atuação no Conselho Interino do Governo da Província da Bahia, tendo representado nesse Conselho Vila de Abrantes e seus interesses. Por sua vez, de sua personalidade, destacou-se como defensor das causas nacionais, tendo sido um dos integrantes do movimento que iria mudar por completo o panorama da Vila e do Brasil. Mas a frente em nosso diálogo, edificava o anexo da igreja Matriz não mais existente, a Câmara e Cadeia da Vila; Do lado da igreja existia um prédio bonito. Era a Câmara e a Cadeia de Abrantes. Era mais pro lado assim. Mais derrubaram tudo meu filho, depois da reforma da igreja, os outros diziam para eu não falar nada, mas eu falava que aqui não tinha homem, inclusive na minha família. Se eu fosse homem naquele tempo, eu ia falar pra não derrubar.

Assim, através de GONÇALVES (in: ABREU e CHAGAS, 2003) e CHOAY (2001), as narrativas de Dona Ralime, no que tange a noção de patrimônio, a princípio confundem-se com a de propriedade particular, onde seu significado possui uma relação estreita com a idéia de herança (CANANI, 2005). Nesse sentido, a continuidade da família de Dona Ralime, traduziu-se por meio de suas lembranças em certa medida, como perda da posse dessa propriedade, destacando-a como antiga moradia do Marquês de Abrantes, um personagem importante para a Vila, que posteriormente seria adquirida por seu pai, o senhor Boale.

Dessa forma, considerando esta edificação na atualidade parcialmente destruída, classificada por Dona Ralime como propriedade patrimonial a ser preservada e legada aos herdeiros de sua família, mesmo que esta hoje juridicamente não lhes pertença, como também levando em consideração que este imóvel, foi moradia por muitos anos do Marquês de Abrantes, diria que esta edificação apesar de não ter tido no passado, a intenção nem a destinação memorial, através das narrativas de Dona Ralime, a mesma foi convertida em testemunho histórico de Vila de Abrantes, já que nesta, morou um ilustre personagem político abrantino (CHOAY, 2001).

Portanto, é por CHOAY (2001) que compreendemos que o conceito de patrimônio utilizado por Dona Ralime, deve ser aqui visto como “nômade” ou mesmo multifacetário, podendo assim como propõe GONÇALVES (in: ABREU e CHAGAS, 2003) ser operado ora com um significado ora com outro. Por sua vez, Dona Ralime, a terceira geração descendente de índios tupinambá de Abrantes, trazia em sua memória, as seqüelas de



séculos de colonização portuguesa, onde o Pelourinho e a Câmara e Cadeia são reedificados como instituições, ou melhor, os principais meios pelos quais os jesuítas lançaram mão para introduzir e proibir, hábitos e costumes, de modo que os índios Tupinambá desobedientes tomassem como exemplo para uma correta conduta, os castigos correspondentes diante a persistência de comportamentos entendidos, segundo a mentalidade portuguesa como não civilizada, o que através de Dona Ralime e suas lembranças, junto a sua avó materna Tupinambá, traduziu-se pelo choro, pelo desconversar e pela tentativa em vão de deixar tal experiência de violência subterrânea.

Em outro instante de nosso diálogo, porém, não menos revoltante e violento, revelaria em suas narrativas a riqueza arqueológica e sacra de Vila de Abrantes, como também a usurpação e o descaso com as mesmas. Portanto, Dona Ralime dizia que quando;

“O chão da igreja era de barro ainda, quando a gente varria as folhas das árvores pra limpar o terreno em dia de missa ou festa, saia um monte de osso, canela, braço, mão, cabeça, era do cemitério dos índios que fica ali do lado da igreja.

Diante a tal afirmação, perguntava a Dona Ralime. O que era feito com os ossos dos índios?

“Mandavam a gente botar nuns sacos azuis assim e levavam. Diziam que levavam pra Salvador. Sei que aqui na Vila e que não ficava. Tinha também umas bolas de barro, diziam que era como os índios daqui enterravam os mortos. Elas também não ficaram aqui não, foram tudo pra Salvador”.

Por sua vez, ainda com esse teor usurpador, a memória de Dona Ralime, nos levava novamente ao período em que a igreja Matriz, passava por reformas culminando com sua reinauguração em 1976. Aqui Dona Ralime, acabava por denunciar algo grave. Dizia ela;

“Eu falava a todo mundo que os santos da igreja não são os mesmos, eles foram trocados, eu conheço os santos. Muita gente aqui também viu que os santos da igreja, o santo Antonio, era outro. Mas ninguém tinha coragem de falar com o padre. Eu fiquei triste, aí eu sai da Paróquia, mas eu vou pra missa sempre. Acho que eles levaram os santos, porque eles eram antigos, era isso que o povo falava, mas o padre não podia saber que a gente falava isso”.

Assim, por meio de suas narrativas acabava por denunciar o descaso e a incógnita que até os dias atuais, paira sobre o real paradeiro dos objetos considerados por ela, como tendo valor; arqueológico, histórico e religioso, como também a forma pela qual o processo que sucedeu a demolição do anexo da igreja Matriz e, sua posterior reinauguração, excluiu aqueles que como Dona Ralime, percebeu a usurpação do patrimônio abrantino e, acabaram vítimas da retaliação dos responsáveis. Dessa forma, à



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

noite chegando, percebia que já tinha exigido até de mais de Dona Ralime. Então, levantava-me da cadeira e lhe dando o forte abraço agradecia sua hospitalidade e o gostoso café, que a cada momento de nossa conversa, servia-nos como combustível para falar e ouvir sobre a Vila.

Ademais, seguia para o ponto de ônibus onde pegaria o transporte que me levaria para Salvador. Durante a espera, um tanto longa, me vinha o pensamento de também explorar a malha urbana de Vila de Abrantes, compreendendo-a através do conceito de patrimônio. Portanto, seria por CHOAY (2001), que tal pensamento seria cabível, já que afirmando que o domínio patrimonial de uma determinada localidade, não se resume apenas aos edifícios individuais, ele agora engloba os aglomerados de edificação, incluo no inventário patrimonial de Vila de Abrantes; a igreja de São Bento em Buris de Abrantes (bairro de Vila de Abrantes) e a Praça de Buris de Abrantes, estas que na atualidade abrigam funções distintas durante as comemorações ao Divino Espírito Santo, que vão da organização da festa até o processo de socialização e comunhão, entre os devotos e o Divino nos instantes que antecedem a procissão do Sábado do Divino, durante o grito de louvor. Assim, este local onde se inicia a procissão, juntamente com o trajeto que segue até a igreja Matriz na Vila, vem a se conjugar ao patrimônio abrantino, especificamente as residências de Dona Maria Elza, Dona Elenita e Dona Ralime, estas que se encontram fixadas em redor do local, do antigo aldeamento indígena em Abrantes, ou seja, a atual Praça Matriz de Vila de Abrantes.

Ademais, levando em consideração que o patrimônio de Vila de Abrantes molda um conjunto, este que será aqui compreendido no sentido de considerar que seu inventário foi realizado pelos próprios abrantinos e, sob ainda o que narraram durante a semana de Pentecoste, esta que marca os festejos ao Divino Espírito Santo, por GONÇALVES (in: ABREU e CHAGAS, 2003) pretende-se pensar o patrimônio de Vila de Abrantes não apenas pelo que é edificado, mas apreendendo-o como “imaterial” ou “intangível”, ou seja, valorizar mais do que os aspectos materiais do patrimônio abrantino é valorizar as idéias e os significados que nelas se encontram.

Bibliografia

CANANI, Aline Sapienzinkas Krás Borges. Herança, Sacralidade e Pode: As



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. Porto Alegre, Horizontes Antropológicos, ano 11, n. 23, págs. 163-175, 2005.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo, UNESP, 2001.

GONÇALVES, J. O. O patrimônio como categoria de pensamento, in: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario. Memória e patrimônio. Rio de Janeiro, DP&A, págs. 21-29, 2003.

GOODEY, Brian. Olhar múltiplo na interpretação de lugares, in: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina. Interpretar o Patrimônio: Um exercício do olhar. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

HALWBACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo, Vértice, Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia, São Paulo, Cosacnaify, 2003

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, São Paulo, n. 10, Dezembro, 1993.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Aldeamentos de Salvador no século XVI: Um primeiro esboço. Salvador, Revista da Bahia, Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

PARENTE, Sandra. Camaçari: sua história, sua gente. Salvador, EGBA, 2008.

_____ Histórias que não contei. Salvador, Fast Design, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio in: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, págs. 3-15, 1989.

SILVA, Eduardo Cavalcanti. Abrantes, berço da civilização brasileira. Salvador: Ed. S/A Artes Gráficas, 2003.

TAVARES, Luís Henrique Dias. Aspectos Sócio Econômicos nas Vilas Criadas em 1758. Palestra pronunciada no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1963.

THOMAS, George. Die Entwicklung einer Indianersiedlung des brasilianischen Nordostens im Zeitalter Pombals: Espírito Santo/Abrantes: Uma missão jesuítica, no tempo colonial (1558 – 1758). Anuário de História de América Latina (JbLA), ISSN 1438-



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

4752 n° 14, , págs. 97-133, 1977.